

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Aneel permite atraso de alguns linhões	2
Título: EDP entrega projeto solar à Claro e prevê triplicar investimentos na área	3
Título: BBCE reformula o conselho e avança com plano de derivativos.....	5
Título: Braskem tem perda de R\$ 3,6 bilhões	7
Título: Destaques	8
Título: Venda de commodities à China deve ter forte queda, mas Brasil perde menos	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Riscos ao suprimento de energia no futuro.....	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: O ano começa agora	11
VEÍCULO: O Globo.....	13
Título: Shell mantém construção de termelétrica em Macaé	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: Aneel permite atraso de alguns linhões**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou o adiamento, por até quatro meses, do início da operação comercial de linhas de transmissão não prioritárias. A ideia é atenuar a pressão de alta de custos sobre empresas do setor durante a pandemia. A decisão foi uma resposta às transmissoras de energia que vinham relatando dificuldades na logística com os equipamentos e aumento de despesas.

A decisão da agência também suspende, por prazo indeterminado, o processo de autorização de obras “não urgentes” de reforços e melhoria das redes de energia de alta tensão. A retomada dependerá de nova avaliação dos efeitos da pandemia no setor.

A classificação dos empreendimentos e das obras no segmento de transmissão como prioritárias é feita pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

“As obras com o objetivo de evitar o corte de carga [queda de energia] em regime normal, de permitir o escoamento de geração, de evitar geração térmica por razões elétricas não foram contempladas nas ações aqui propostas”, disse a relatora do caso na Aneel, a diretora Elisa Bastos.

A diretora ressaltou que há uma preocupação de que as medidas de apoio não prejudiquem o funcionamento do setor após a pandemia. “Não podemos perder de vista a segurança sistêmica e o adequado funcionamento do sistema elétrico no período pós-crise”, destacou ontem, durante a reunião do colegiado realizada por videoconferência.

Elisa afirmou que a medida produz “ganhos mútuos”, em favor das transmissoras e dos consumidores. Isso porque, de um lado, alivia as empresas das dificuldades na crise, afastando ainda o risco de sanções da própria Aneel por descumprimento do cronograma de obras. De outro, beneficia os consumidores ao amenizar o impacto tarifário que seria provocado pelo início da remuneração dos projetos com entrega postergada.

Elisa prevê que a medida tende a conter parte do aumento da tarifa programado para o ciclo de 2020 e 2021. Ela informou que está prevista uma despesa adicional de R\$ 1,3 bilhão para o setor por conta da remuneração das novas linhas que vão começar a operar neste período.

Durante a reunião da diretoria da Aneel, o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Mario Miranda, afirmou que o adiamento das obras será capaz de preservar o fluxo de caixa e assegurar o equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessões

“A decisão deste processo refletirá diretamente no ânimo dos investidores nos próximos leilões”, afirmou Miranda.

A relatora do caso ressaltou que o adiamento não implicará em recomposição do prazo de concessão, o que poderia ampliar o período de remuneração do empreendimento ao fim do contrato.

O diretor geral da Aneel, André Pepitone, disse que o adiamento da entrada em operação valerá somente para os empreendimentos que seriam conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir de 12 de março. Ele lembrou ainda que a decisão deverá passar por “acordo bilateral” se afetar outras empresas do setor, como donos de usinas e outros segmentos de rede.

Elisa lembrou que a flexibilização das entregas das obras se somará a outros esforços da Aneel para conter os efeitos da pandemia. Ela citou as decisões de proibir, por 90 dias, as distribuidoras de cortar o fornecimento de energia dos consumidores inadimplentes, o adiamento dos reajustes tarifários até 30 de junho e a liberação de recursos represados no fundo de energia de reserva para o segmento de consumo.

Na última segunda-feira, a Aneel informou que liberou mais R\$ 250 milhões para cobrir os descontos na conta de luz oferecidos aos consumidores inscritos no programa Tarifa Social. Este era o terceiro e último repasse ao setor definido pela Medida Provisória 950/20. A MP foi editada para oferecer descontos na fatura à população de baixa renda.

A medida serviu à estratégia de diminuir a inadimplência junto às distribuidoras. Com a iniciativa, o governo se comprometeu a cobrir R\$ 900 milhões em descontos para a população cadastrada no Tarifa Social.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: EDP entrega projeto solar à Claro e prevê triplicar investimentos na área

A EDP Brasil concluiu seu segundo projeto de geração distribuída solar fotovoltaica, segmento que vem ganhando espaço nos negócios da elétrica e

deve receber cada vez mais investimentos, chegando a R\$ 300 milhões anuais em 2022.

A companhia entregou, no mês passado, quatro usinas solares à operadora Claro. Localizadas numa área de 5,8 hectares em Taubaté (SP), as usinas têm capacidade instalada de cerca de 4 megawatts-pico (MWp) e vão gerar mais de 6 mil megawatts-hora (MWh) por ano, garantindo o fornecimento de energia a 516 unidades consumidoras da tele no estado. O projeto deve evitar emissões de 454 toneladas de dióxido de carbono por ano.

Originalmente desenvolvido pela Lerós Geradora, o empreendimento foi adquirido pela EDP em janeiro. A elétrica assumiu as obras na fase final e, por causa da pandemia, teve de adotar uma série de protocolos de segurança para concluir a construção das usinas e conectá-las à rede da distribuidora local, uma etapa considerada crítica para empreendimentos de geração distribuída.

Do lado da operadora de telecomunicações, o projeto com a EDP integra o “A Energia da Claro”, programa lançado em 2017 que prevê o uso de fontes renováveis e ações de proteção ao meio ambiente nas operações e instalações da empresa no Brasil. Até 2021, o programa deve contar com 60 usinas de geração distribuída de diversas fontes, que atenderão 80% da carga da Claro - principalmente de torres de telefonia móvel -, ou o equivalente a 600 mil MWh/ano. A tele não revela a economia prevista nas contas de luz com o projeto.

Hamilton Silva, diretor de Infraestrutura da Claro, afirma que o programa atende os princípios de sustentabilidade da empresa e também permite que ela se torne mais eficiente e competitiva em seu “core business”. “O perfil de carga da Claro é compatível com a geração distribuída, com carga baixa e espalhada pelo Brasil. Mas também estamos posicionados no mercado livre, com leilões de aquisição de energia”.

Projetos solares são uma das principais apostas da EDP no Brasil, e a ideia é triplicar os investimentos nessa área ao longo dos próximos dois anos, afirma Carlos Andrade, vice-presidente de Estratégia de Novos Negócios. “Queremos dar um salto a partir do ano que vem, de um orçamento anual de R\$ 100 milhões para R\$ 300 milhões”, destaca.

Neste ano, o investimento consumido pelo segmento deve ficar abaixo de R\$ 100 milhões, devido ao adiamento de concorrências e licitações por parte de empresas. Mas, para 2021, a EDP pretende dobrar o montante investido na

área, para R\$ 200 milhões, a fim de fazer jus à demanda “reprimida” de projetos. Já para 2022, a companhia quer agregar ao portfólio empreendimentos de maior escala, no modelo de autoprodução, mirando setores industriais que têm consumo mais elevado de energia - o que deve elevar os aportes para o patamar de R\$ 300 milhões por ano.

O projeto junto à Claro é o segundo concluído pela EDP Brasil na área de geração distribuída solar fotovoltaica. O primeiro, entregue em março, foi desenvolvido para o Banco do Brasil e envolve uma usina em Porteirinha (MG), com capacidade instalada de 6,5 MWp, que fornecerá energia renovável a 100 agências do Banco no estado, permitindo uma economia de R\$ 80 milhões ao longo de 12 anos.

A elétrica tem ainda dois outros empreendimentos solares já concluídos, na modalidade de autoprodução: um com a Multiplan, de shopping centers, e outro com a Brametal, fabricante de estruturas metálicas galvanizadas a fogo. Desde 2017, a elétrica negociou mais de 46 MWp em projetos de energia solar, sendo que cerca de 19 MWp ainda estão em andamento.

Em desenvolvimento acelerado nos últimos anos, o mercado brasileiro de geração distribuída tem se mantido em crescimento mesmo durante a pandemia. Em maio, o país atingiu a marca de 300 mil unidades consumidoras de energia solar nessa modalidade, segundo levantamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). São 2,8 gigawatts (GW) de potência instalada da fonte solar na microgeração e minigeração distribuída. Desde 2012, o segmento acumula mais de R\$ 14,6 bilhões em investimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/06/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: BBCE reformula o conselho e avança com plano de derivativos

Na reta final do lançamento ao mercado de derivativos de energia elétrica, o Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) reforçou sua governança com três novos conselheiros independentes, cumprindo um dos principais condicionantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para que a empresa possa iniciar as operações do produto.

Em assembleia de acionistas na segunda-feira, o BBCE elegeu três nomes de peso, e com diferentes perfis de carreira, para ocupar as novas cadeiras do

conselho: Gustavo Franco, economista e ex-presidente do Banco Central; Cássio Casseb, ex-presidente do Banco do Brasil e com passagens por grandes empresas; e Silvio Meira, especialista em tecnologia da informação e inovação e fundador do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR).

“A eleição nos coloca num padrão de governança mais qualificado, como gostaríamos. Também vamos nos descolando da imagem do BBCE como uma iniciativa do setor de comercialização para passar a ser uma empresa ‘do’ e ‘para’ o mercado de energia”, afirma o presidente do conselho do BBCE, Daniel Rossi, que também está à frente da ZEG e é um dos fundadores da Capitale Energia. Rossi acrescenta que os novos integrantes trazem conhecimentos complementares ao conselho, composto também por outros sete executivos com experiência no setor elétrico e no mercado financeiro.

Fundado em 2012 por um grupo de comercializadoras, o BBCE funciona como uma plataforma eletrônica para negociação de energia. Hoje, tem 34 empresas do setor elétrico como acionistas, e os volumes de energia física negociados na plataforma chegam a 22,5% de todo mercado livre (ACL). Com o lançamento dos derivativos, a ideia é atrair para esse produto financeiro novos agentes, como bancos e fundos de investimentos, que não precisam da energia física mas queiram se posicionar em preços.

A empresa recebeu em março o aval da CVM para operar os derivativos de energia, mas a autarquia condicionou sua autorização ao cumprimento de alguns condicionantes, como a mudança no estatuto social e a eleição de conselheiros independentes. Outra exigência foi a criação de uma estrutura de autorregulação das atividades, com um comitê de supervisionamento e monitoramento. “Devemos encerrar esse trabalho [de atendimento aos condicionantes] até o início da semana que vem”, afirma Carlos Ratto, presidente do BBCE.

A CVM ainda precisa avaliar o cumprimento das exigências e ratificar o aval concedido em março. Por isso, Ratto não prevê uma data específica para o início das operações com os derivativos, mas afirma que os testes da plataforma junto à CVM já foram finalizados. Agora, a empresa está planejando o período de testes com o mercado. “Minha expectativa é que deixemos o mercado operando a plataforma por pelo menos 30 dias”.

Os volumes transacionados pelo BBCE começaram o ano superando as expectativas, mas tiveram queda acentuada a partir de março, com o mercado operando em direção única devido à pandemia. Segundo Ratto, o comportamento não alterou a visão para os derivativos. “Em nenhum momento tivemos pressão para segurar o lançamento, estamos muito convictos”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/06/2020****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes — De São Paulo****Título: Braskem tem perda de R\$ 3,6 bilhões**

Maior produtora de resinas das Américas, a Braskem encerrou o primeiro trimestre com prejuízo de R\$ 3,65 bilhões, ante lucro líquido de R\$ 928 milhões no mesmo intervalo do ano passado, pressionada pelo impacto negativo da variação cambial na dívida em moeda estrangeira e pelo ciclo de baixa da petroquímica mundial.

Na comparação com o quarto trimestre, porém, o resultado operacional já mostrou recuperação, com melhora das vendas em todos os mercados. Embora já tivesse adotado uma série de medidas para fortalecer o balanço frente ao ciclo de baixa, a Braskem implementou medidas adicionais com o avanço da pandemia de covid-19 para preservar liquidez.

Do lado dos investimentos, está revisando praticamente todos os projetos e desembolsos, com exceção da nova fábrica de polipropileno (PP) nos Estados Unidos, e cortou de US\$ 721 milhões para cerca de US\$ 600 milhões o valor total a ser investido neste ano. A unidade fabril de US\$ 675 milhões, construída na cidade de La Porte, no Texas, terá capacidade de produção de 450 mil toneladas por ano e deve entrar em operação entre o fim de junho e o início de julho.

Diante das incertezas em relação à economia mundial pós-pandemia, ela estabeleceu ainda como meta a redução dos custos fixos em torno de 10% neste ano, desembolsou uma linha de crédito rotativo de US\$ 1 bilhão e postergou o recolhimento de contribuições sociais no Brasil. “A Braskem segue focada na disciplina na alocação de capital como forma de manter a sua posição robusta de caixa para que possamos enfrentar esse momento de crise global”, disse em nota o presidente Roberto Simões.

A última linha do balanço da Braskem, que adota a contabilidade de hedge para reduzir o efeito contábil da variação cambial, embute o impacto negativo de R\$ 5,2 bilhões da desvalorização de 29% do real frente ao dólar em US\$ 2,4 bilhões em dívidas e do peso mexicano frente ao dólar sobre o saldo devedor de um mútuo da Braskem Idesa, de US\$ 2,26 bilhões. Diante disso, a Braskem encerrou o trimestre com despesa financeira líquida de R\$ 6,3 bilhões.

Por outro lado, a receita líquida da petroquímica recuou 3% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, para R\$ 12,6 bilhões, e ficou estável ante

o quarto trimestre. A queda dos spreads (diferença de preços em relação à matéria-prima) na comparação anual resultou em uma baixa de 22% do resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recorrente, para R\$ 1,3 bilhão.

Frente ao quarto trimestre, porém, houve alta de 32% no Ebitda. No Brasil, o resultado operacional somou R\$ 1,05 bilhão, com crescimento de 214% em relação ao trimestre anterior. A melhora de desempenho deveu-se à alta de 4% nas vendas em volume de resinas no mercado brasileiro - o mercado em si cresceu 7% nessa mesma base de comparação - e às vendas superiores de polipropileno (PP) nos Estados Unidos e na Europa e de polietileno (PE) no México.

A forte queda dos preços do petróleo já se reflete nos spreads petroquímicos internacionais e no Brasil, que vinham pressionados pelo aumento da oferta global. No México, o projeto implementado pela Braskem Idesa para importação de etano dos Estados Unidos, compensando as dificuldades que a Pemex tem enfrentado para cumprir a entrega da matéria-prima, elevou a 86% a taxa de operação na central.

Em março, a dívida líquida da Braskem estava em US\$ 5,9 bilhões, ante US\$ 5,4 bilhões três meses antes. A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda em dólares, passou de 4,7 vezes em dezembro para 5,8 vezes em março. A Braskem consumiu R\$ 524 milhões em caixa, ante geração livre de caixa de R\$ 130 milhões nos três primeiros meses do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/06/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Venda de diesel se recupera

As vendas de diesel já se recuperaram para os níveis pré-crise, afirmou a diretora de refino e gás natural da Petrobras, Anelise Lara. Segundo ela, no caso da gasolina, o consumo também se recupera, mas ainda com volumes “um pouco abaixo” do período anterior à pandemia da covid-19 chegar ao Brasil e impor a necessidade de medidas de isolamento social. A executiva destacou, ainda, que espera, para junho e julho, novos “aumentos moderados” na demanda pelos combustíveis. Anelise citou que, em maio, a companhia vendeu 3,2 bilhões de litros de diesel e 1,4 bilhão de litros de gasolina. “A gente já

recompôs praticamente o que vendíamos antes da pandemia, principalmente no caso do diesel”, afirmou, em evento on-line. Segundo ela, a taxa de utilização das refinarias da petroleira já retomaram a patamares anteriores à crise, na faixa dos 80%. No início de abril, “período mais duro” da queda da demanda, estava abaixo de 60%. Anelise disse ainda que o mercado de querosene de aviação (QAV) segue em baixa e que, no caso do gás liquefeito de petróleo (GLP), depois de um boom no consumo nos primeiros meses da pandemia, a companhia tem feito, agora, devolução de cargas importadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/06/2020

Seção: Mundo

Autor: Assis Moreira — De Genebra

Título: Venda de commodities à China deve ter forte queda, mas Brasil perde menos

As exportações globais de commodities para a China deverão sofrer uma contração de 46% neste ano comparado às vendas de 2019, mas o Brasil tem condições de manter “níveis satisfatórios” de exportações para a segunda maior economia do mundo.

A avaliação é da Agência da ONU para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), em estudo que mostra que as exportações de commodities para a China poderão cair de US\$ 61,3 bilhões em 2019 para perto de US\$ 33,1 bilhões neste ano devido à covid-19.

A Unctad vê maior preocupação com economias que dependem muito da exportação de produtos primários, como de energia, minérios e grãos para a China. A constatação é que dois terços dos países em desenvolvimento dependem da venda de matérias-primas.

A China absorve cerca de 20% das commodities vendidas globalmente, e uma queda de 46% pode ter impacto dramático nos países produtores, diz o economista Marco Fugazza, autor do estudo.

A estimativa é de que as importações chinesas de gás podem cair até 10% em 2020, comparado com a projeção anterior de alta de 10%.

As importações de minério de ferro vão aumentar, mas a estimativa de alta passou de 19% para 6%. As compras chinesas de trigo poderão diminuir 25%.

Mas o estudo prevê ainda aumento de compras chinesas no caso de vários produtos agrícolas, ante à expectativa de antes da pandemia. É o caso de soja, com alta prevista de 34%, ou 10 pontos percentuais a mais do que antes.

No caso do Brasil, que tem a China como o maior comprador de seus produtos, a situação não é tão desconfortável como para vários outros países produtores.

“Graças a uma cesta de exportações de produtos de base relativamente diversificados o Brasil deverá estar em condições de manter suas exportações para a China em níveis satisfatórios, apesar da covid-19”, afirmou Fugazza.

“A baixa nas exportações [brasileiras] de petróleo bruto e minerais deverá ser compensada, em parte, pelo aumento nas exportações de produtos agrícolas como soja”, acrescentou. “É preciso, porém, se assegurar que nenhum choque de oferta venha a ocorrer e não comprometa a produção agrícola. Em tal cenário, a baixa das exportações de petróleo e minério de ferro poderia conduzir a um efeito covid-19 amplamente negativo.”

O estudo menciona que uma propagação maior da pandemia na América do Sul, em particular no Brasil, poderia criar escassez na oferta de commodities como soja e isso afetaria negativamente os mercados internacionais.

As projeções da Unctad apontam para menor exportação brasileira de algodão, por exemplo. Mas as vendas de soja podem crescer 49% comparado a 38% estimado antes da pandemia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/06/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Riscos ao suprimento de energia no futuro

A pandemia do novo coronavírus deverá provocar, neste ano, a maior queda já registrada nos investimentos em energia em todo o mundo. E a reação dos produtores à brutal queda de demanda decorrente do isolamento social e da aguda retração da atividade econômica em todos os segmentos e em escala global.

No começo do ano, a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) estimava aumento de 2% nos investimentos globais em energia, no que seria a maior expansão em seis anos. Mas, em seu relatório World Energy Investment 2020 - atualizado com informações até maio, para aferir pelo menos o impacto

inicial da covid-19 no setor -, projetou uma queda de 20% em relação ao total investido no ano passado. Isso significa um corte de US\$ 400 bilhões no volume anual de investimentos em energia.

Embora a redução venha como resposta a um problema do presente, suas consequências mais agudas poderão ser mais notáveis no futuro.

Como ficará o abastecimento quando a economia mundial começar a normalizar seu ritmo de atividade assim que as medidas mais drásticas de restrição à circulação de pessoas e mercadorias forem sendo aliviadas? Pior: como ficará o abastecimento no futuro próximo, quando a demanda estiver crescendo em seu ritmo histórico, como se espera, mas os investimentos em expansão da capacidade produtiva se mostrarem insuficientes em razão de decisões tomadas no presente, visto que muitos desses investimentos têm longo prazo de maturação? E como ficará a transição para o uso de energia mais limpa, como reclama a sociedade?

São perguntas como essas que tornam “profundamente preocupante” a queda histórica dos investimentos globais em energia, como observou o diretor executivo da IEA, Fatih Birol. “Isso significa perda de empregos e oportunidades econômicas hoje, bem como perda de suprimento de energia de que poderemos precisar amanhã.” Além disso, a queda dos investimentos pode retardar a transição para energias renováveis e sustentáveis.

A maior redução, de cerca de 30% ocorrerá na indústria do petróleo, cujo mercado vem registrando grandes oscilações em razão da notável diminuição do consumo. Os investimentos em xisto, que já vinham em queda, deverão diminuir 50% neste ano. Mas também cairão investimentos em eficiência energética.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/06/2020

Seção: Colunas

Autor: Helio Beltrão

Título: O ano começa agora

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

Até o fim de 2020, deixará de ser servo do Estado e trabalhará para si

Durante os primeiros cinco meses do ano você trabalhou exclusivamente para pagar impostos e sustentar o Estado. De agora até o fim do ano, deixará de ser servo e trabalhará para si. Por isso comemoramos agora o Dia da Liberdade de

Impostos, há 12 anos organizado em São Paulo pelo Instituto Mises Brasil e Movimento Endireita Brasil (mais recentemente, também pelo Instituto de Formação de Líderes).

Os organizadores conduzem campanha educativa, financiando os impostos devidos para que um posto na capital venda gasolina sem impostos ao público. Os impostos diretos correspondem a obscenos 62% do preço de bomba. Portanto, no dia da campanha, o preço é reduzido a R\$ 1,52 por litro (contra R\$ 4,00 normalmente).

Os remanescentes 38% do preço normal de bomba precisam remunerar o posto, a distribuidora, o refino, a exploração do poço em águas profundas e toda a estrutura administrativa e de vendas associada de toda a cadeia, inclusive da Petrobras. Adicionalmente precisam cobrir outros impostos indiretos e taxas não incluídos nos 62%, tais como IPTU dos imóveis, IPVA dos veículos utilizados na distribuição e outros.

Muitos acreditam que não pagam impostos porque não enviam um cheque para o Fisco. Ignoram os impostos embutidos em cada compra, do pãozinho á manicure de bairro, ao chope. Por sinal você poderia comprar três chopes para cada um desembolsado, não fossem os impostos.

Outros não se dão conta que seu salário é desavergonhadamente encolhido por deduções de impostos e contribuições retidas pelo empregador por conta e ordem do governo.

Impostos sempre existiram, mas até a era moderna o sentimento dos súditos era de rechaço veemente ao esbulho de sua propriedade. Os tributos eram temidos e sempre resistidos na medida do possível.

Há 4.400 anos, na cidade-estado de Lagash, na Mesopotâmia, Urukagina liderou um movimento contra o excesso de impostos. O primeiro registro da palavra "liberdade" ("amagi") ocorreu por conta de Urukagina e sua oposição aos tributos.

Já no século 16, em resposta aos monarcas absolutistas, a doutrina do tiranicídio ganhou espaço. Na obra "De Rege et Regis Institutione" (1599), o jesuíta e escolástico tardio espanhol Juan de Mariana defendeu o direito de se assassinar tiranos que aumentassem impostos sem o consentimento do povo. Mariana antecipou John Locke em sua ideia de consentimento dos governados.

Os Estados Unidos surgiram em uma revolução por conta de selos de cartórios, e Tiradentes foi esquartejado pelo governo por conta das objeções ao quinto dos infernos.

A despeito dos espertos truques para camuflar os impostos, é curiosa a mudança de mentalidade que ocorreu no século passado. Não se discute mais a moralidade do ato, e a taxaçoão legitimada por decisão de 600 indivíduos em Brasília é bovinamente racionalizada pelos súditos.

Em essência, a taxaçoão é moralmente equivalente ao roubo, pois envolve subtraçoão da propriedade de terceiro sem seu consentimento. É ato imoral caso conduzido pelo cidadão, mas legitimado ao Estado.

Os governantes do século 18 ao menos eram mais sinceros quanto á natureza dos impostos. O ministro das finanças de Luís 16, Jean-Baptiste Colbert, disse que “a arte da tributaçoão consiste em depenar o ganso de modo a obter O máximo de penas com o mínimo de grasnidos”. Povo que não grasna merece ter o fígado servido em bandeja de prata aos seus senhores.

ES.: Este ano deixamos de realizar o evento físico em respeito à saúde das pessoas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/06/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Shell mantém construção de termelétrica em Macaé

Apesar da pandemia, empresa aposta que consumo de energia voltará e por isso manterá investimento de US\$ 700 milhões

Apesar da crise econômica resultante da pandemia do coronavírus, a anglo-holandesa Shell e seus sócios decidiram manter US\$ 700 milhões em investimentos para colocar de pé uma usina termelétrica movida a gás natural do pré-sal em Macaé, no Norte Fluminense.

A usina terá capacidade de 565 MW, suficiente para atender o consumo de energia de dois milhões de pessoas, e vai começar a entregar energia a partir de 1º de janeiro de 2023. As obras começam neste mês.

Marlim Azul será a primeira usina a usar o gás natural produzido nos campos do pré-sal. O combustível será fornecido pela Shell, que, com o empreendimento, faz sua estreia na geração de energia elétrica no país.

A responsável pelo projeto é a Arke Energia, formada pela Pátria Investimentos (51%), Shell (29%) e Mitsubishi (20%).

O investimento engloba a construção da termelétrica, um gasoduto de 22 quilômetros para ligar o terminal de gás de Cabiúnas até a usina e uma linha de transmissão.

O diretor comercial da Shell Brasil, Guilherme Perdigão, disse acreditar que a economia vai se recuperar e, por isso, decidiu manter as obras. A empresa tem contratos com 26 distribuidoras para entrega de energia a partir de 1º de janeiro 2023.

Perdigão reconheceu que executar as obras em tempos de pandemia trouxe desafios, como o desenvolvimento do projeto de engenharia de forma remota com profissionais no Brasil, no Japão e na Espanha, entre outros.

— A gente entende que esse consumo de energia (para 2023) vai acontecer. Até lá o país terá tempo para se recuperar. Estamos buscando ser disciplinados na manutenção do cronograma para poder honrar a entrega de energia. É claro que a pandemia trouxe uma série de desafios, mas estamos conseguindo até o momento manter o cronograma.

MME / ASCOM .